



## Organização, classificação e descrição do arquivo privado do arquiteto Francisco Keil do Amaral

Paulo Batista<sup>a</sup>

*<sup>a</sup>Câmara Municipal de Lisboa/Arquivo Municipal de Lisboa, Portugal,  
paulo.jorge.batista@cm-lisboa.pt*

---

### Resumo

O Arquivo Municipal de Lisboa (AML) é um serviço de informação de referência para todos os que se dedicam à investigação da arquitetura e do urbanismo em Portugal, tendo à sua responsabilidade os arquivos particulares dos arquitetos José Luís Monteiro, Cassiano Branco, Ruy Jervis d’Athouguia, Francisco Keil do Amaral, Jorge Ferreira Chaves, Alberto de Souza Oliveira e, mais recentemente, de João Bento d’Almeida e do atelier Victor Palla e Bento d’Almeida, bem como a complementaridade de outras fontes de que este Arquivo é detentor, como é o caso dos processos de obra particulares. Francisco Keil do Amaral (1910-1975) é um dos mais importantes arquitetos portugueses do século XX, responsável por uma vasta e significativa obra, teórica e construída, decisiva para a afirmação de uma plena consciência moderna na arquitetura em Portugal. Considerando a importância deste acervo, apresenta-se o trabalho desenvolvido no AML na respetiva organização, classificação e descrição, que levaram à produção do Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral, integrado na política de desenvolvimento e disponibilização de instrumentos de descrição documental adequados, para pesquisa e acesso à informação, de acordo com as normas portuguesas e internacionais de descrição de documentação de arquivo.

**Palavras-chave:** Arquivo Municipal de Lisboa, Francisco Keil do Amaral; arquivos privados de arquitetos, organização, classificação e descrição;

---

### Introdução

O Arquivo Municipal de Lisboa (AML) é um serviço de informação fundamental para todos os que se dedicam à investigação da arquitetura e do urbanismo em Portugal, tendo

à sua responsabilidade os arquivos privados, ou particulares, dos arquitetos José Luís Monteiro (1848-1942), Cassiano Branco (1897-1970), Ruy Jervis d’Athouguia (1917-2006), Francisco Keil do Amaral (1910-1975) e Alberto de Souza Oliveira (1945-).

## **1. Francisco Keil do Amaral**

Francisco Keil do Amaral foi um dos mais importantes arquitetos portugueses do século XX, responsável por uma vasta, e significativa, obra teórica e edificada, contribuindo decisivamente para a consolidação da arquitetura moderna em Portugal.

Apesar de desenvolver a sua atividade num período marcado pelo Estado Novo, destacou-se, sobretudo nas décadas de 1940 e 1950, através de projetos de importantes equipamentos públicos, particularmente em Lisboa, sem se conotar com o regime político ditatorial, de que foi opositor. Pelo contrário, foi assumidamente distante dos constrangimentos historicistas da arquitetura oficial do Estado Novo, procurando uma *terceira via*, de compromisso, entre a casa portuguesa tradicional e a casa moderna, através da influência da arquitetura holandesa de Willem Marinus Dudok.

Foi de acordo com estas premissas que desenvolveu algumas das suas mais importantes obras, como é o caso, entre outras, do Instituto Pasteur de Lisboa (Porto, 1934), Pavilhão de Portugal na Exposição Universal de Paris (1936-1937), Escola Secil (Setúbal, 1938-1940), Aeroporto de Lisboa (1938-1942), Parque Florestal de Monsanto (Lisboa, 1938-1948), Casas do Rodízio (Lisboa, 1939-1941 e 1945-1946), Parque Eduardo VII (Lisboa, 1946-1958), Jardim do Campo Grande (Lisboa, 1947-1963), Casa Sousa Pinto (Lisboa, 1950) e a Feira das Indústrias Portuguesas (Lisboa, 1952-1957).

Entre os prémios e distinções que recebeu, evidenciam-se: o Prémio Municipal de Arquitetura (1951), pela moradia de António de Augusto Sousa Pinto, no Restelo, em Lisboa; o Prémio Valmor (1962), pela moradia de Ernesto da Silva Brito, também no Restelo; e o Prémio Diário de Notícias (1960), pelo conjunto da sua obra.

Depois de ter adoecido, em 1972, com problemas cardiovasculares, Francisco Keil do Amaral faleceu a 19 de fevereiro de 1975, em Lisboa, com 64 anos.

## **2. Características gerais do arquivo privado de Francisco Keil do Amaral**

O arquivo privado do arquiteto Francisco Keil do Amaral é composto por documentação produzida e acumulada entre 1885 e 1999, no âmbito da atividade exercida pelo mesmo, no domínio da arquitetura, de cariz público e privado. Reflete o seu trajeto profissional, compreendendo projetos para equipamentos e edifícios de uso diverso (habitacional, espaços verdes, comercial e industrial, religioso, funerário, saúde, transportes, agrícola, cultural, desportivo, escolar, social, turístico, de lazer e recreativo).

Este acervo reúne um conjunto de propostas arquitetónicas e de soluções urbanísticas, decisivas para a afirmação de uma plena consciência moderna na arquitetura em Portugal, integrando composições desenvolvidas em território nacional, com particular incidência no distrito de Lisboa, e no estrangeiro. Nesse sentido, contempla projetos arquitetónicos de

âmbito diversificado, de que são exemplo: moradias, prédios, bairros de casas económicas, parques, jardins, chapelarias, sapatarias e camisarias, restaurantes e pastelarias, hotéis, mercados, escritórios, companhias de seguros e vinícolas, estações agrárias e de fruticultura, postos de transformação de eletricidade, urbanizações turísticas, centros de diversão, pousadas, miradouros, monumentos, museus, teatros, delegações, clínicas e laboratórios, estações de metropolitano, aeródromos, aerogares, aeroportos, santuários, mausoléus, piscinas, estádios, escolas, cantinas, liceus, postos de correio, casas do povo, equipamentos e mobiliário urbano e de escritório.

Para além de documentação particular de Francisco Keil do Amaral, este fundo inclui outra complementar, posterior à sua morte, reunida pelos seus herdeiros, relativa à vida e obra do arquiteto.

### **3. Organização, classificação e descrição deste arquivo privado**

#### **3.1 Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral**

A organização, classificação e descrição do arquivo privado do arquiteto Francisco Keil do Amaral encontram-se plasmadas no catálogo do fundo Francisco Keil do Amaral, disponibilizado ao público no final de novembro de 2021.

Este arquivo foi doado ao AML em dois momentos (2001 e 2002), pelos herdeiros do arquiteto, altura em que foi objeto de inventário e de descrição sumária com vista à identificação dos projetos nele representados.

Entre 2019 e 2020, no âmbito da estratégia de divulgação de fontes assumida por este Arquivo, foi objeto de um estudo pormenorizado e de tratamento arquivístico mais completo, que determinou a reformulação do seu quadro de classificação, a revisão e validação dos registos descritivos da sua documentação, tarefas de conservação e preservação e, ainda, a sua digitalização integral, sendo posteriormente disponibilizado o Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral, em suporte digital.

#### **3.2 Quadro de Classificação Documental**

Considerando a dimensão e a especificidade do fundo (F) Francisco Keil do Amaral (FKA), o seu quadro de classificação encontra-se organizado em séries, de acordo com critérios temáticos e de ordenação geográfica e tipológica, constituídas por documentos simples e compostos, segundo a seguinte estrutura:

F FKA – FRANCISCO KEIL DO AMARAL

SR 01 – Parque florestal de Monsanto, Lisboa

SR 02 – Parque Eduardo VII, Lisboa

SR 03 – Jardim do Campo Grande, Lisboa

SR 04 – Metropolitano de Lisboa

SR 05 – União Elétrica Portuguesa

- SR 06 – Arquitetura habitacional
- SR 07 – Arquitetura funerária
- SR 08 – Arquitetura religiosa
- SR 09 – Equipamentos de comércio e indústria
- SR 10 – Equipamentos de saúde
- SR 11 – Equipamentos de transportes
- SR 12 – Equipamentos agrícolas
- SR 13 – Equipamentos culturais
- SR 14 – Equipamentos desportivos
- SR 15 – Equipamentos escolares
- SR 16 – Equipamentos sociais
- SR 17 – Equipamentos turísticos, de lazer e recreio
- SR 18 – Equipamentos e mobiliário urbano e de escritório
- SR 19 – Documentação particular

Decompondo os aspetos gerais indicados no início deste ponto, verificamos que as séries 01 a 05 decorrem de uma solução organizativa, que não teve o propósito de destacar nenhum projeto. Pelo contrário, como assinalado por Rodrigues (2022), são *documentos organicamente relacionados, independentemente de gênero, espécie e forma, necessários para a concretização de uma ideia*, acrescentando imediatamente a seguir que *em cada um desses conjuntos foram reunidos documentos, como plano geral, plantas, desenhos, correspondência e fotografias, referentes aos equipamentos que integram os projetos arquitetônicos que dão nome às séries. Esses equipamentos, por sua vez, são classificados como documentos compostos*.

Como referido, as séries 06 a 17, respetivamente arquitetura habitacional, funerária, religiosa, equipamentos de comércio e indústria, saúde, transportes, agrícolas, desportivos, escolares, sociais, turísticos, de lazer e recreio, encontram-se organizadas por projetos temáticos.

A série 18, de equipamentos e mobiliário urbano e de escritório, como lanternas de candeeiros e chafarizes-tipo, bem como móveis-estantes, secretárias e cadeiras, refere-se à atividade de Francisco Keil do Amaral ao nível do objeto, ao contrário das séries anteriores, relativas a projetos de edifícios.

A série 19, a última deste QCD, intitulada Documentação Particular, é composta por quatro coleções de documentos e publicações reunidas por este arquiteto, nomeadamente, estudos, fotografias, artigos e anúncios de jornais, e revistas e brochuras.

### **3.3 A importância da complementaridade das fontes**

Como se verifica com outros arquivos privados de arquitetos, existentes no AML, como os de José Luíz Monteiro, Cassiano Branco ou Ruy Jervis d’Athouguia, o fundo Francisco Keil do Amaral possui peças escritas e desenhadas, mas também outros elementos

informativos, como a memória descritiva e justificativa, e elementos gráficos, como plantas, alçados, cortes, perspectivas, etc.

No arquivo privado do arquiteto Francisco Keil do Amaral, tal como nos supramencionados, encontra-se, ainda, outra documentação complementar, de algum modo referente a um projeto específico, ajudando à sua compreensão, ou a verificar a sua repercussão na sociedade, como se verifica com fotografias, pinturas, correspondência trocada entre o dono da obra e o projetista, e demais agentes da construção, artigos de jornais, entre outros exemplos.

Para a compreensão destes arquivos particulares, que se encontram no AML, em que a respetiva complexidade e diversidade documental é comum aos mesmos e característico de arquivos constituídos por projetos de arquitetura, é indispensável ter em conta a sua correlação com outras fontes à responsabilidade deste Arquivo, para além dos respetivos processos de obra particulares, que sendo fundamentais nesse sentido, não esgotam os documentos existentes neste serviço de informação, e que no seu todo crescentam valor à informação dos arquivos privados que disponibiliza.

Referimo-nos, no caso específico do arquivo privado do arquiteto Francisco Keil do Amaral, não só ao respeitante protocolo de doação, a que já aludimos, mas sobretudo ao seu processo individual, na CML, da maior importância para a compreensão do seu percurso profissional num determinado período.

De facto, como se observa nesse documento, a 22 de fevereiro de 1938 Francisco Keil do Amaral foi admitido como arquiteto assalariado na 1.<sup>a</sup> Repartição de Urbanização e Expropriações, da Direção dos Serviços de Urbanização e Obras (DSUO), da CML, juntamente com o arquiteto Faria da Costa.

É nessa qualidade que no início de 1938, no âmbito do plano geral de urbanização e expansão de Lisboa, da autoria de Duarte Pacheco, este estadista convidou Francisco Keil do Amaral a desenvolver o projeto global do parque florestal de Monsanto e dos seus equipamentos. Com o objetivo de “colher elementos indispensáveis ao bom andamento das obras do Parque Florestal de Monsanto”, tal como se encontra no supradito processo, e ficar a par do que de mais recente existia nessa matéria na Europa, em 26 de junho de 1939, o presidente da CML autorizou-o a “visitar os parques de Paris, Londres, Amsterdam e Haya, a exposição de Stuttgart, e a arborização de alguns troços de autoestradas alemãs”, conforme pedido de Francisco Keil do Amaral.

Esta viagem, com a duração de 25 dias, ocorreu já depois de Francisco Keil do Amaral passar a Arquiteto Urbanista de 2.<sup>a</sup> Classe da DSUO, do quadro de pessoal tarefeiro, pelo Decreto-lei n.º 29389, de 7 de janeiro 1939, que reorganizou os serviços da CML. Foi com esta categoria que, a 28 de julho de 1943, passou para o quadro de pessoal permanente, já depois de, em 8 de novembro de 1941, ter requerido autorização para “exercer a sua profissão de Arquitecto fora da cidade de Lisboa e sem prejuízo para o serviço Municipal”. Entre outubro de 1945 e janeiro do ano seguinte, Francisco Keil do Amaral efetuou uma segunda visita de estudo como funcionário da CML, também pelo período de cerca de 25 dias, desta vez aos Estados Unidos da América, no contexto do projeto definitivo do parque Eduardo VII, aprovado no final desse ano, que foi convidado a desenvolver, mas também,

nas suas palavras, “para estudar problemas relativos à futura Sala de Concertos e ao Museu Municipal”, no âmbito dos primeiros estudos para o palácio da Cidade, que receberia os serviços culturais da CML. Para tal, visitou espaços dessa natureza em Nova Iorque, Boston, Filadélfia, Detroit e Washington, mas também aerogares, já que, pela mesma altura, se encontrava a trabalhar no projeto inicial do aeroporto de Lisboa.

A 16 de maio de 1946, Keil do Amaral iniciou a licença ilimitada na CML, sendo exonerado, a seu pedido, das funções que desenvolvia na DSUO, a 13 de março de 1947, como Arquiteto Urbanista de 2.<sup>a</sup> Classe.

De igual modo, existe no AML outra documentação que permite uma melhor compreensão da informação constante do arquivo particular de Francisco Keil do Amaral, mas que se aplica aos demais arquivos privados de arquitetos existentes neste Arquivo. Um importante exemplo disso é a documentação que se encontra na série Estudos e projetos urbanísticos, da secção Planeamento territorial e urbanístico (do Fundo CML), ou seja, a documentação produzida e acumulada desde o século XIX até à atualidade, composta por estudos e projetos urbanísticos, de âmbito diversificado, nomeadamente: desenho urbano (desde o traçado de arruamentos até à definição de lotes para construção), infraestruturas viárias (alinhamento, alargamento e retificação de ruas), estacionamento, saneamento, aquisição (compra e venda) e expropriação de terrenos

Outra documentação do AML, da maior relevância para a perceção da obra de Francisco Keil do Amaral, particularmente dos espaços verdes que projetou para Lisboa, onde se destacam o parque florestal de Monsanto, o parque Eduardo VII e o jardim do Campo Grande (em 25 de abril de 2018 renomeado jardim Mário Soares), é a existente na série Projetos de espaços verdes, que integra a secção Gestão de obras municipais (do Fundo CML). Esta série, tal como a anterior, é constituída por documentação produzida e acumulada desde o século XX até à atualidade, no caso, projetos de espaços verdes (jardins e parques) e áreas florestais, designadamente, o parque florestal de Monsanto, bem como de infraestruturas associadas, tais como: arranjos exteriores, ajardinamentos, arruamentos, estacionamentos, iluminação e sinalização, áreas desportivas, miradouros, chafarizes, esplanadas, parque de campismo, casas para guardas florestais, canil e gatil.

### **3.4 Reflexão sobre os arquivos particulares de arquitetos**

A organização, classificação e descrição, não apenas deste arquivo privado do arquiteto Francisco Keil do Amaral, mas dos demais existentes no AML, ou em qualquer outra instituição que tenha estes acervos à sua responsabilidade, ou os a venha ter, chama a atenção para a importância de haver um maior diálogo e proximidade entre arquitetos e arquivistas, no sentido em que ambos são parte integrante deste processo que vai da produção à difusão da documentação de arquitetura. Num cenário ideal, isto passa, em primeiro lugar, pela normalização da terminologia de todos os documentos desta tipologia documental, ou seja, é urgente produzir um glossário para a área de arquitetura, de modo que haja uma concordância sobre o que se entende por cada um destes documentos de arquitetura e toda a nomenclatura nesse sentido. Esta questão parece-nos particularmente

pertinente considerando que por vezes os documentos de arquitetura não possuem legendas, quanto ao tipo de desenho, mas também no que respeita à sua data, ao(s) seu(s) autor(es), ou não estão sequer identificados sobre a localização física do mesmo, colocando imensos problemas aos arquivistas, e demais profissionais da informação das organizações onde se encontram, que os tratam, já que os arquitetos que os produziram não tiveram essa preocupação no processo criativo dos projetos a que respeitam.

De facto, os primeiros, os arquitetos e os ateliers de arquitetura, como produtores desta documentação, e os segundos, os arquivistas, pelo trabalho que desenvolvem no âmbito da mesma, nomeadamente, a sua organização, descrição, conservação, preservação, acesso e comunicação, são indissociáveis nesse trabalho de equipa. É fundamental ter em conta que os arquivos particulares de arquitetos são, frequentemente, acervos de grande dimensão, com dezenas de milhares de documentos, como os arquivos de Cassiano Branco, Francisco Keil do Amaral ou Ruy Jervis d'Athougua evidenciam. Os respetivos documentos gráficos, ou desenhos, encontram-se, inúmeras vezes, em grandes formatos, o que tem profundos reflexos, em termos de preservação, nomeadamente do seu acondicionamento em mobiliário específico, para que possam estar dispostos abertos ou enrolados em tubos. Associada a esta questão, colocam-se as resultantes da conservação destes acervos. Atendendo à fragilidade do papel, o suporte em que, predominantemente, os documentos de arquitetura se apresentam, a já referida dimensão dos mesmos, mas também a sua utilização decorrente do valor primário que possuem, para além dos efeitos do avançar do tempo, é primordial que estes arquivos possam beneficiar de medidas de conservação, isto é, de preservação e de restauro (Batista, 2022, p. 9-10).

Envolvendo a mesma realidade, por vezes estes acervos chegam aos arquivos de forma desorganizada, obrigando a um profundo e moroso trabalho de reorganização de cada projeto, o que implica a afetação de, pelo menos, um técnico para o desenvolvimento das supraditas funções arquivísticas, muitas vezes por um período de tempo considerável, pelo que é aconselhável, pelo menos em serviços de informação arquivísticos que têm um grande volume documental à sua responsabilidade, ou seja, com muitos outros fundos e coleções, como é habitual verificar-se, que seja efetuada uma descrição ao nível do projeto, em vez de tal ser feito descendo ao nível do documento simples. Com efeito, também aqui deverá ser feita a devida ponderação, com o objetivo de compreender até que ponto é que se justifica para o respetivo Arquivo, que tem acervos de arquitetura à sua responsabilidade, desenvolver nos mesmos uma descrição ao nível do documento simples, em fundos, que, como assinalado, facilmente atingem as dezenas de milhares de documentos, e que não têm uma procura massiva do público. Pelo contrário, o utilizador que normalmente deseja consultar esta documentação é facilmente identificável, fazendo-o, por regra, devido ao seu valor informativo, no âmbito de dissertações de mestrado, teses de doutoramento, projetos de investigação em geral, ao contrário do que sucede com os processos de obra particulares, onde o seu valor probatório (administrativo, fiscal e legal) é determinante para o elevado número de pedidos de consulta, por comparação com os arquivos privados de arquitetos. Outra nota que consideramos importante é que se existem arquitetos e gabinetes de arquitetura que organizam bastante bem a documentação relativa à sua obra edificada,

separando mesmo o processo administrativo dos desenhos, muitas vezes tal não acontece, valorizando-se somente a obra construída. Este procedimento faz com que não se considerem importantes os desenhos, e demais documentação, relativa aos projetos que não passaram disso mesmo.

Também gostaríamos de assinalar a existência de arquivos particulares de arquitetos em serviços de informação arquivística, que do ponto de vista físico não se encontram facilmente acessíveis (por exemplo, encerrados ao público, ou que se encontram em inexistentes do ponto de vista orgânico da organização de que fazem parte, derivados de contingências várias, que não cabe aqui analisar, das instituições que os têm à sua responsabilidade.

Outro ponto que consideramos crucial prende-se com a necessidade de distinguir a autoria formal da autoria real. Sobre este assunto, apresentamos um exemplo da obra de Cassiano Branco, cujo fundo documental, como assinalado, se encontra no AML. Referimo-nos ao *Éden-Teatro*, a obra mais emblemática deste arquiteto e um marco na arquitetura moderna portuguesa. Inaugurado a 1 de abril de 1937, este projeto é formalmente atribuído ao arquiteto Carlos Dias, seu colaborador, que o concluiu, e ao engenheiro civil Alberto Alves Gama. Todavia, os elementos mais notáveis do *Éden-Teatro* encontram-se nas duas primeiras propostas de Cassiano Branco, que nunca reivindicou a sua autoria, pese esta ser inquestionável entre os estudiosos da sua obra (Ferreira e Silva, 1983, p. 14.).

Tendo em conta o valor probatório, informativo e iconográfico dos arquivos particulares de arquitetos, estes são alguns dos aspetos que consideramos necessitarem de uma maior discussão entre as partes envolvidas, com o objetivo de encontrar consenso e solução para os mesmos.

## **Conclusões**

O AML tem como missão *recolher, guardar, tratar, preservar e divulgar a documentação relativa à memória da cidade* (Arquivo Municipal de Lisboa, 2022). Tendo em conta o importante valor probatório e informativo do legado documental do arquivo privado do arquiteto Francisco Keil do Amaral - um dos mais importantes arquitetos modernistas portugueses do século XX, que deixou uma marca indelével, não apenas na capital, mas em todo o território nacional -, e o trabalho desenvolvido pelo AML nesse espólio, nomeadamente a sua organização, classificação, descrição, conservação, preservação, digitalização e difusão, podemos concluir que o mesmo é um importante exemplo da política de divulgação e comunicação do vasto acervo do AML, neste caso, através do desenvolvimento e disponibilização de instrumentos de acesso à informação, de que o respetivo catálogo, com a descrição arquivística detalhada deste fundo, é testemunho. Ao assegurar este património documental para as gerações presentes e vindouras, aproximando o respetivo arquivo, e dos seus profissionais da informação, da comunidade em que se insere, dos investigadores, portugueses e de todas as partes do mundo, das mais variadas áreas, como a arquitetura, o urbanismo, a engenharia, a história, etc., o AML não só concretiza a sua missão, afirmando-se como uma instituição com uma importante

tradição no acolhimento de acervos relativos a arquivos privados de arquitetura, mas também como um serviço de informação de referência, para todos os que se dedicam à investigação da arquitetura e do urbanismo em Portugal, e construção da memória coletiva de Lisboa.

### **Referências bibliográficas**

Andrade, A. C. R. (2022). [Recensão a] Câmara Municipal de Lisboa. Arquivo Municipal de Lisboa – Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*

Arquivo Municipal de Lisboa. (2022). *Missão e Visão*. CML/AML

Batista, P. (2022). Os arquivos privados de arquitetos: problemas, desafios e oportunidades. In 5.º Encontro BAD ao Sul: Arquivos, Bibliotecas e Museus do Sul: o lugar na comunidade - que serviços e projetos?, pp. 1-13.

Câmara Municipal de Lisboa. Arquivo Municipal de Lisboa. (2022). *Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral*. CML/AML. [https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo\\_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/keil\\_amaral/catalogo\\_Keil\\_do\\_Amaral.pdf](https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/keil_amaral/catalogo_Keil_do_Amaral.pdf).

Ferreira, M. F. (2021). *Manual de tratamento de documentos de arquitetura*. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

Ferreira, R. H., & Silva, F. G. (1983). *Catálogo Cassiano Branco*. Associação de Arquitetos Portugueses.

---